

## Correção da tabela do IR opõe governo e oposição

Gerardo Magalhães/Senado Federal



Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques e Ana Rita, durante a sessão de ontem: MP do IR deve causar polêmica

Governo anuncia MP para reajustar em 4,5% faixas de desconto do Imposto de Renda na fonte

O índice de reajuste da tabela do Imposto de Renda (IR) deve se tornar o novo foco de embate entre governo e oposição no Senado. No dia seguinte à aprovação do reajuste do salário mínimo, o ministro Luiz Sérgio anunciou 4,5% de correção, mas senadores de oposição pretendem aprovar pelo menos 6,46%. **4**

## PSDB e DEM devem contestar no STF lei do salário mínimo



Gerardo Magalhães/Senado Federal



Waldemir Barreto/Senado Federal



Waldemir Barreto/Senado Federal

Para Alvaro, Senado abriu mão de prerrogativa

Agripino: mínimo precisa do exame do Congresso

Líderes do PSDB e do DEM anunciam recurso ao STF contra a possibilidade de o governo definir o valor do salário mínimo

por decreto. Jucá diz que atitude vai contra ganho real recente. Sarney adverte para "judicialização" de decisões. **4 e 5**

"Recorrer ao STF é um erro, é prejuízo para os trabalhadores", diz líder do governo Romero Jucá

## MP sobre ação da Embrapa no exterior tranca pauta

Medida permite a atuação da Embrapa em outros países por meio de escritórios de representação. **3**

## Frente vai propor política sobre drogas e álcool **8**

Jane Araújo/Senado Federal



## Embaixador chinês defende ampliação do comércio

Embaixador Qiu Xiaoyi foi recebido ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. **2**

José Sarney e Qiu Xiaoyi, no encontro de ontem: China é o maior parceiro comercial do Brasil

A presidente foi indicada pela senadora Gleisi Hoffmann, mas fora do prazo de inscrições para o prêmio deste ano

# Dilma só poderá receber o Bertha Lutz em 2012

A PRESIDENTE DA República, Dilma Rousseff, só poderá ser agraciada com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz em 2012. Como a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) propôs essa homenagem após o término das inscrições para o prêmio deste ano, não houve tempo hábil para a comissão organizadora analisar o pedido e providenciar a inclusão de Dilma entre as premiadas de 2011. A entrega do prêmio será em sessão conjunta do Congresso em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, na terça-feira, a partir das 10h.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) deverá coordenar o Bertha Lutz no biênio 2011-2012. Na sua avaliação, o prêmio merece ser elogiado não só por exaltar a figura feminina, mas também por valorizar a diversidade de atuação de mulheres com trabalho reconhecido e destacado nos meios parlamentar, científico, comunitário e social.

## Vencedoras

Instituído em 2001, o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz é uma homenagem prestada pelo Senado a brasileiras com rele-

vantes serviços prestados ao país na defesa dos direitos femininos e em questões de gênero. As cinco vencedoras do prêmio de 2011 – entre as 14 indicadas no ano passado – são Maria Liége, Chloris Casagrande, Maria José da Silva, Maria Ruth Barreto e Carmen Helena Foro.

Maria Liége integra a Federação Democrática Internacional de Mulheres. Chloris Casagrande atua como pedagoga, escritora e vice-presidente da Academia Paranaense de Letras. Já Maria José da Silva conquistou reconhecimento por incentivar a criação de cooperativas de catadoras de material reciclável no Piauí. A psicopedagoga Maria Ruth Barreto foi a primeira mulher a ser presa pelo regime militar, no Ceará, por sua atuação política. Carmen Helena Foro coordena movimentos sindicais.

Bertha Maria Júlia Lutz emprestou seu nome ao prêmio por ter-se destacado na luta pelos direitos políticos das mulheres. Nascida em 2 de agosto de 1894, era filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista e pioneiro da medicina tropical Adolfo Lutz, e lutou pela aprovação da legislação que deu às brasileiras o direito de votar e serem votadas.



Senadora Vanessa Grazziotin coordenará o prêmio no biênio 2011-2012

## Ponto biométrico começa a vigorar na terça-feira

Na próxima terça-feira, o Senado começa a realizar o controle da frequência pelo sistema biométrico. A implantação será em duas fases e, a partir de abril, todos os servidores registrarão sua jornada de trabalho nos apa-

relhos. No primeiro momento, registrarão frequência os 817 servidores da Polícia Legislativa e das secretarias de Recursos Humanos (SRH), de Assistência Médica e Social (Sams) e de Informática (Prodasen).

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Sessão é não deliberativa

9h Sem votação de projetos, a sessão não deliberativa é destinada a debates de senadores e a comunicados da Mesa. Ângela Portela (PT-RR), Mozerildo Cavalcanti (PTB-RR) e Vital do Rêgo (PMDB-PB) estão entre os inscritos.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

## Sarney recebe embaixador chinês

O embaixador da China no Brasil, Qiu Xiaoyi, visitou ontem o presidente do Senado, José Sarney, com quem conversou sobre a necessidade de se intensificarem as relações entre os dois países.

– Vim congratular o presidente Sarney pela eleição para a presidência e reiterar a vontade política da China de estreitar ainda mais as relações de amizade e cooperação da

Assembleia Popular Nacional da China e o Senado – disse.

O embaixador destacou também a relação comercial com o Brasil.

– Somos o primeiro parceiro comercial e o primeiro investidor no Brasil. Espero que essa cooperação continue e se estreite ainda mais – assinalou o embaixador, ao deixar a sala de audiências da Presidência do Senado.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a China é hoje o maior parceiro comercial do Brasil. Em 2010, as exportações e importações do Brasil com a China chegaram a US\$ 56,379 bilhões, superando em mais de US\$ 10 bilhões o comércio com os Estados Unidos, até então principal parceiro comercial do Brasil.



Presidente José Sarney entrega ao embaixador chinês Qiu Xiaoyi uma recordação de sua visita ao Senado

## Suplicy condena Kadafi e pede o fim da repressão violenta

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou ontem solidariedade aos povos árabes que estão se revoltando contra ditadores. Ele disse concordar com o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que em discurso feito na quarta-feira, condenou o uso de violência contra os manifestantes libios que buscam a deposição de Muamar Kadafi, que governa o país há quase 42 anos, e qualificou o “banho de sangue” como ultrajante e inaceitável.

– Ele [Obama] disse que somente as ameaças e ordens para atirar sobre manifestantes que protestavam pacificamen-

te significavam uma punição indevida. Estas ações violam as normas internacionais e todo o padrão de decência comum e, portanto, essa violência precisa parar – relatou.

Reconhecendo que o ditador se mantém no poder há décadas graças a um “sistema que está longe de ser democrático”, Suplicy disse que a falta de liberdade levou o povo às ruas, “ainda que possa Kadafi ter realizado ações que causaram, em alguns segmentos da Humanidade, até certa admiração”.

Ele disse esperar que seja instalado “um governo do povo, pelo povo e para o povo”.



Senador qualifica o “banho de sangue” como ultrajante e inaceitável

– Nós sabemos o valor das liberdades democráticas – afirmou.

## Nova direção do Prodasen toma posse

A diretora da Secretaria Especial de Informática (Prodase), Claudia Lopes Nogueira, foi empossada ontem e reuniu os servidores do órgão para apresentar os novos dirigentes e as diretrizes para 2011. A uma audiência de cerca de 150 pessoas, disse que priorizará a comunicação interna e externa. Também defendeu a atuação integrada dos vários núcleos de tecnologia de informação existentes no Senado para melhorar a oferta de serviços do Prodasen e modernizar a Casa.

– Vamos oferecer alternativas inovadoras, que deem mais qualidade e agilidade ao processo legislativo, racionalizem os processos administrativos e resultem em mais transparên-



Claudia Nogueira pede empenho dos servidores em ações inovadoras

cia e facilidade de acesso às informações pela sociedade – resumiu.

Servidora do Prodasen desde 1992, a nova diretora pediu aos colegas empenho em dar respostas satisfatórias às

demandas do Senado.

Claudia Nogueira destacou que o Prodasen, criado em 1972, sempre foi referência nacional em tecnologia de informação aplicada ao processo legislativo.

Medida permite à empresa responder com maior rapidez à demanda internacional por sua tecnologia, mediante escritórios de representação no exterior

## MP que fortalece Embrapa no exterior tranca pauta

A PAUTA DO Plenário está trancada desde ontem pela medida provisória (MP) que possibilita a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no exterior, por meio de escritórios de representação. A MP, que tem prazo final para ser votada pelos senadores até o dia 1º de março, permite que a instituição responda com maior rapidez às demandas internacionais por suas tecnologias e aumente a interação com organizações congêneres.

A Lei 5.851/72, que autorizou o Executivo a criar a Embrapa como empresa pública, permitia sua atuação somente no Brasil. Mas a MP 504/10 acrescentou dispositivo determinando que a empresa "poderá exercer qualquer das atividades integrantes de seu objeto social fora do território nacional, em conformidade com o que dispuser seu estatuto social".

Para contornar as restrições da legislação, a Embrapa fazia pesquisas e trabalhos de transferência de tecnologia por intermédio dos Labex, escritórios virtuais de negócios sem personalidade jurídica própria, que aproveitavam estruturas já existentes nos países-sede, em parceria com instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento.

O ministro da Agricultura, Wagner Rossi, e o então ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que assinaram a exposição de motivos da medida provisória, alegam que a matéria está "alinhada à política externa brasileira de cooperação internacional no



Embrapa em Gana: estatal brasileira já desenvolvia atividades no estrangeiro por meio dos Labex – escritórios virtuais de negócios

âmbito da pesquisa agropecuária". Acrescentam que a medida trará resultados positivos para a pesquisa no setor e possibilitará ao Brasil exercer papel ainda mais relevante no cenário mundial.

De acordo com informações da Embrapa, ela já atuava por meio dos Labex nos Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra e Coreia do Sul, no desenvolvimento de tecnologia de ponta. Tem ainda projetos implantados em Gana, Moçambique, Mali e Senegal, para celebração de

acordos de transferência de tecnologia. A estatal mantém ainda um projeto na Venezuela.

Está em fase de implementação o escritório da Embrapa no Panamá, com objetivo de apoiar iniciativas para o desenvolvimento de competências na área de segurança alimentar e atividades ligadas às pautas de exportações do México, de países da América Central, do Caribe e da região andina. Nas Américas, a Embrapa atuará em três frentes: plataforma de pesquisa e desenvolvimento,

transferência de tecnologia e negócios tecnológicos.

### Projetos

Além da MP, constam da pauta dois projetos de lei da Câmara (PLC 104/08 e PLC 166/08): o primeiro estabelece normas para registro de empresas que envolvam sócio incapaz.

De acordo com a proposta, deverão ser atendidos nesses casos, de forma conjunta, os seguintes pressupostos: o sócio incapaz não poderá exercer a administração da sociedade; o

capital social deverá ser totalmente integralizado; o sócio relativamente incapaz deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado por seus respectivos representantes legais.

O outro projeto garante acesso às informações sobre obras de órgãos públicos com valor didático aos alunos e professores nas áreas de Engenharia e Arquitetura, com objetivo de contribuir para a formação técnica e cultural indispensável ao exercício dessas profissões.

## Volta à pauta da CCJ benefício para produtor rural

Proposta que obriga as concessionárias do setor de energia elétrica a instalar, sem ônus, relógios de dupla tarifação para produtores rurais voltará a ser discutida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira. Questionamento sobre a possibilidade de que eles provoquem aumento das contas para os consumidores em geral levou a pedido de vista.

### Desconto

Atualmente, os produtores rurais são obrigados a arcar com as despesas da instalação de relógios de dupla tarifação de energia elétrica se quiserem obter o desconto a que têm direito na atividade de irrigação e aquicultura.

A relatora do projeto de decreto legislativo (PDS 787/09), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), explicou que é preciso haver dois medidores, porque o desconto é permitido para uso de energia elétrica em atividade econômica e não em doméstica. Assim, os produtores precisam ter um medidor para a casa e outro para a área produtiva.

– Essa lei vai beneficiar os pequenos agricultores, que não têm condições de comprar os medidores – explicou.

Já o senador Jorge Viana (PT-AC) ponderou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ao ser obrigada



Kátia Abreu admite que instalação, sem ônus, de medidores de energia, será repassada

a instalar os medidores sem ônus para os produtores rurais, poderá repassar os custos aos consumidores.

Em seu relatório, Kátia Abreu afirma que esse repasse da tarifa aos consumidores é certo, pois cabe à Aneel estabelecer tarifas que assegurem o equilíbrio financeiro dos contratos firmados pela concessionária de distribuição. Garantiu, no entanto, que o impacto nas contas não será significativo.

– A proposição não provocará alterações expressivas nas tarifas cobradas por uma determinada concessionária que, inclusive, pode não possuir qualquer projeto de irrigação ou de aquicultura em sua rede – garantiu.

O projeto foi apresentado pelo senador Magno Malta (PR-ES), para quem é uma discriminação a obrigatoriedade imposta aos produtores rurais de arcar com as despesas do medidor de dupla tarifação.

## Definida comissão de reforma administrativa

Os cinco membros da nova subcomissão temporária que terá 90 dias para analisar e apresentar relatório sobre a reforma administrativa do Senado serão Francisco Dornelles (PP-RJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Vicentinho Alves (PR-TO).

Os nomes, que ainda deverão ser ratificados na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na quarta-feira, foram divulgados pelo presidente do colegiado, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Eunício ressaltou que a subcomissão, anunciada na quarta-feira, vai iniciar seus trabalhos a partir do documento elaborado pela subcomissão anterior, que concluiu suas atividades em dezembro e teve como relator o então senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O presidente da CCJ lembrou que, no próprio relatório final, a subcomissão reconheceu a necessidade de dar continuidade aos trabalhos.

– Não houve tempo para examinar várias emendas propostas por senadores, devido ao final da legislatura e do mandato do antigo relator. Acredito que nesses 90 dias seja possível reanalisar o parecer proposto e que já está praticamente pronto –



Eunício explica que não houve tempo para se examinar propostas da comissão anterior

explicou Eunício.

O presidente da CCJ afirmou ainda que não é possível estipular um prazo para a votação de projeto sobre o assunto na CCJ, pois "tudo vai depender dos trabalhos da subcomissão". Ele deixou claro, no entanto, o que espera do grupo:

– Não é uma subcomissão para criar problemas, mas criar soluções. Este projeto será tratado como tantos outros que tramitam na CCJ – explicou.

A primeira subcomissão foi criada em fevereiro de 2010 para definir mudanças na estrutura do Senado, com base em projeto de resolução sobre o assunto (PRS 96/09), proposto a partir de estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), contratada pelo Senado. Ela decidiu apresentar um substitutivo que, com 223 artigos, mais anexos, altera o regulamento administrativo do Senado.

Oposição e centrais sindicais já se mobilizam para aumentar o índice de reajuste da tabela do Imposto de Renda, que o governo fixará em 4,5% por medida provisória

## Correção da tabela do IR deve gerar nova polêmica

A CORREÇÃO DA tabela de desconto na fonte do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) deve gerar a próxima grande disputa no Congresso. Aprovado o salário mínimo de R\$ 545, a presidente Dilma Rousseff determinou ontem que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, prepare medida provisória reajustando em 4,5% a tabela do IRPF. De acordo com o ministro de Relações Institucionais, Luiz Sérgio, o governo quer que a nova tabela esteja em vigor nos próximos dias.

O percentual de reajuste pode-

rá se transformar em uma nova disputa com as centrais sindicais e seus representantes no Congresso, após a fixação do salário mínimo vencida pelo governo. Os sindicatos defendem que o reajuste seja de 6,46%, percentual equivalente à inflação do ano passado. Já o governo defende a manutenção do acordo firmado que considera o centro da meta de inflação, ou seja, 4,5%.

– O governo fez um acordo com as centrais para o reajuste do mínimo e da tabela de imposto de renda e vai cumprir o acordo feito – disse o ministro. O

reajuste da tabela do IRPF integra o acordo firmado há quatro anos com as centrais sindicais, que agora anunciam intenção de questionar o percentual anunciado pelo governo.

A oposição já se articula para mudar a MP. O líder do DEM, senador José Agripino (RN), disse ontem que “vamos mostrar a defasagem na correção da tabela, que não é pequena; é grande, bastante grande”. Já o líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR) disse que os 4,5% correspondem ao centro da meta da inflação para este ano.



Luiz Sérgio, ministro de Relações Institucionais, declara que o governo quer nova tabela em vigor nos próximos dias

## Saúde e reformas serão prioridades de Amorim

O senador Eduardo Amorim (PSC-SE) listou ontem quais serão os temas que receberão prioridade durante o seu mandato: projetos relativos à melhoria do sistema de saúde, além da discussão das reformas política e tributária. Amorim pretende garantir o cumprimento do preceito constitucional que trata a saúde como direito fundamental do cidadão, princípio basilar que sustenta toda a ordem social no Estado democrático de direito.

– Estarei comprometido com as discussões que englobem a saúde. O Sistema Único de Saúde como processo social terá aqui, no Senado, dimensão política, elemento que transitará e será construído em um ambiente democrático e inserido no embate político e ideológico – garantiu.

Além da saúde, o senador declarou seu compromisso em atuar na discussão dos grandes temas do ano, como a reforma política, que já está em debate em comissão especial formada no Senado:

– Está na hora de enfrentarmos de vez a questão, sob pena de frustrarmos esse grande anseio do nosso povo.

Outro ponto que receberá atenção do parlamentar é a reforma tributária, com a necessidade de aprovação de uma proposta que ataque a multiplicidade de tributos e a complexidade arraigadas ao sistema tributário brasileiro.



Amorim lembra que saúde é direito constitucional dos brasileiros

## Ferraço pede debate sobre imposto de renda

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse ontem que chegou o momento de acelerar o debate sobre o Imposto de Renda, especialmente a tabela de correção e a necessidade de reajustar anualmente os limites de dedução.

– Não é justo que todos os preços da economia subam e que, na contramão da distribuição de renda, o imposto da pessoa física tire a cada ano uma parcela maior de recursos do bolso do contribuinte.

O senador afirmou que é preciso reconhecer e ressaltar o pioneirismo do ex-presidente Itamar Franco, que, com a implantação do Plano Real e a estabilização econômica, deu início à recuperação do poder de compra do salário mínimo.

Ferraço destacou a carga tributária abusiva e injusta que se paga, equivalente a 36% do produto interno bruto (PIB). Ele salientou que os impostos sobre o consumo respondem por praticamente metade da arrecadação e a conta “mais amarga” acaba sendo paga pela população mais pobre, que gasta sua renda em bens e produtos com preços inflados por impostos indiretos.

O senador ressaltou que, a cada R\$ 10 pagos pelo consumo de energia elétrica, R\$ 6,46 são referentes a impostos. Também lembrou que, a cada R\$ 10 gastos na compra de pão, R\$ 1,77 se refere a tributos indiretos.

Ferraço critica elevada carga de impostos indiretos nos preços



Waldemir Barreto/Senado Federal



Líder do governo celebra votação de quarta: “A base mostra a sua força”

## Para Jucá, oposição erra se recorrer contra novo mínimo

A oposição cometerá um “erro político” se recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o projeto que estabeleceu o valor do salário mínimo para os próximos cinco anos (veja reportagem na página 5), disse ontem o líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR). Ao comentar a votação pelo Senado na quarta-feira, ele recordou que o projeto estabelece uma política de aumento real para o salário mínimo.

Segundo o projeto, o valor do salário mínimo em 2011 será de R\$ 545. O texto também determina que o Executivo poderá, até 2015, fixar o valor do mínimo por meio de decreto presidencial – ponto contestado pela oposição.

Para o reajuste, o governo adotou um critério que considera a inflação dos 12 meses anteriores, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e o crescimento do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes.

– O que estamos discutindo agora é a política de mais cinco anos de ganho real. Se a oposição questiona isso, na verdade está contra o ganho real do salário mínimo ao longo dos cinco anos. Portanto, considero isso um erro e um prejuízo para a classe trabalhadora. Mas nós estamos em uma democracia e, na democracia, qualquer um pode recorrer ao Judiciário – afirmou Jucá.

O líder do governo infor-

mu que está solicitando à Mesa do Senado rapidez no envio do texto aprovado à Presidência, para que o projeto possa ser sancionado ainda este mês por Dilma Rousseff. Dessa forma, observou, o novo salário mínimo já estará em vigor em março.

Ele afirmou ainda estar tranquilo a respeito da constitucionalidade do projeto aprovado e ressaltou que o texto contém uma “fórmula matemática” para definir o valor do mínimo ao longo dos próximos anos. Em 2012, exemplificou, o salário deverá ser em torno de R\$ 620.

Jucá avaliou o resultado de quarta-feira como uma “vitória maiúscula” do governo e afirmou que “não há nenhum processo de retaliação” contra parlamentares da base de apoio ao governo que votaram contra o projeto.

– A base mostrou seu tamanho, sua força. Ganhou a discussão e a votação – disse.

## Aposentadorias

Ao ser questionado a respeito da possibilidade de revisão do fator previdenciário, que desestimula aposentadorias consideradas precoces, o líder do governo disse que a presidente Dilma Rousseff concordou em “abrir a discussão” a respeito do tema. Uma das alternativas em estudo, adiantou, é a da troca do fator previdenciário por um limite mínimo de idade para a aposentadoria.

## “Judicialização” enfraquece a democracia, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que a judicialização das decisões do Congresso enfraquece a democracia.

– As questões políticas devem ser resolvidas aqui dentro da Casa. Se nós chamarmos o Supremo [Tribunal Federal] como uma terceira via, é realmente uma coisa que deforma o regime democrático – disse.

O DEM e o PSDB anunciaram que devem entrar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a aprovação do Projeto de Lei da Câmara 1/11. A oposição questio-

na o artigo 3º do PLC 1/11. O dispositivo prevê que “reajustes e aumentos fixados na forma do artigo 2º serão estabelecidos pelo Poder Executivo, por meio de decreto”.

Sarney, no entanto, considera como avanço a definição de uma política para o reajuste do mínimo.

– Agora temos regras fixas a respeito do salário mínimo, o que não tínhamos até então. Era uma coisa voluntarista, que tinha que ser calculada e agora temos essas regras aprovadas de acordo com as centrais sindicais – assinalou.

## Texto com o mínimo proposto pelo governo foi mantido

O Projeto de Lei da Câmara 1/11 foi aprovado pelo Senado no final da noite de quarta-feira da forma como foi proposto pelo governo: salário mínimo de R\$ 545 a partir de 1º de março e reajuste por decreto presidencial até 2015, com base na fórmula que vem sendo usada desde 2007. De acordo com a regra, o reajuste corresponderá à soma da inflação do ano anterior com a taxa de crescimento da economia de dois anos antes. O projeto será enviado agora à sanção da presidente da República, Dilma Rousseff.

A oposição tentou aprovar emendas com valores diferentes do salário mínimo: R\$ 560 (DEM), R\$ 600 (PSDB) e R\$ 700 (PSOL), mas todas elas foram derrotadas. Além disso, os senadores opositoristas tentaram, sem sucesso, excluir do texto o trecho que trata de crimes tributários e a parte que se refere ao reajuste por decreto.

O PLC 1/11 foi enviado ao Congresso pelo Executivo para elevar um pouco mais (R\$ 5) o valor do mínimo fixado pela Medida Provisória (MP) 516/10. Enviada anteriormente pelo governo ao Congresso, essa MP – que está em vigor – fixou o mínimo em R\$ 540 e vigora desde o dia 1º de janeiro deste ano.

O aumento de R\$ 5 causará um impacto adicional de R\$ 1,36 bilhão ao governo, levando em conta que a pro-

posta passará a vigorar a partir do dia 1º de março. Esse cálculo considera as despesas com pagamento de aposentadorias, pensões, benefícios de assistência social e outros benefícios associados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

De acordo com o PLC 1/11, os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo corresponderão à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulada nos 12 meses anteriores à correção. O cálculo é feito e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na hipótese de não haver divulgação do INPC relativo a um ou mais meses do período do cálculo, o Executivo estimará os índices dos meses não disponíveis.

Além do reajuste para repor perdas, o projeto fixa aumentos reais para o salário mínimo, a partir da aplicação de percentuais equivalentes a taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB), apuradas pelo IBGE anualmente. Serão aplicados os seguintes percentuais: em 2012, crescimento do PIB de 2010; em 2013, crescimento do PIB de 2011; e assim sucessivamente, até 2015.

O PLC determina ainda que até 31 de dezembro de 2015 o Executivo encaminhará ao Congresso novo projeto de lei sobre a política de valorização do salário mínimo para o período compreendido entre 2016 e 2019.

### Principais pontos da proposta



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Líder José Agripino antecipa que os partidos de oposição entrarão com questionamento na Justiça, caso Dilma Rousseff sancione sem vetos a lei do novo salário mínimo

## DEM confirma ação no STF contra reajuste por decreto

“O CONGRESSO NACIONAL tem a obrigação de lutar por suas prerrogativas e de falar pela sociedade. Se não o fizer, está se autoanulando”, justificou ontem o líder do DEM, senador José Agripino (RN), ao anunciar que a oposição recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a possibilidade de a presidente Dilma Rousseff definir o valor anual do salário mínimo por decreto.

– A oposição unida, PSDB, DEM e outros partidos que queiram se juntar, e que serão muito bem-vindos, entrarão com uma ação direta de inconstitucionalidade junto ao STF tão logo a presidente da República sancione a lei do salário mínimo garantindo que os termos daquela lei serão efetivados.

De acordo com José Agripino, democratas e tucanos coincidem na visão de que o valor do salário mínimo precisa ser examinado anualmente pelas duas Casas do Congresso.

O Projeto de Lei da Câmara 1/11, aprovado na quarta-feira pelo Senado, além de fixar o valor do mínimo em R\$ 545 até dezembro, estipula como regra de reajuste a soma da inflação do ano anterior com o



Fotos de Wladimir Borriero/Senado Federal

Agripino: Congresso não pode ser privado do direito de discutir salário mínimo

crescimento do produto interno bruto (PIB) do país de dois anos antes. Ainda de acordo com o texto aprovado, o reajuste nos próximos anos poderá ser feito por decreto, sem necessidade de deliberação por parte do Senado e da Câmara.

– E se houver manipulação da inflação? Não será a primeira vez que este Poder Executivo terá tentado manipular a inflação. E se os números do PIB forem também modificados por critérios diferentes? Como é que fica o debate, como é que fica o esclarecimento? Fica-se com um decreto? E a sociedade, quem fala por ela? – questionou.

A oposição considera inconstitucional o reajuste por decreto com base no inciso IV do artigo 7º da Constituição, segundo o qual o salário mínimo é fixado em lei. O governo argumenta que essa determinação está sendo atendida, uma vez que uma lei – o projeto aprovado na quarta se tornará lei depois de sancionado – define as regras de reajuste e os decretos anuais apenas as aplicarão.

José Agripino também observou que, desde 1997, o reajuste do piso salarial é feito com base na correção da inflação e num ganho real, sendo inaceitável a mudança agora verificada.



Itamar lê no Plenário discurso de Ulysses Guimarães

## Itamar vê no projeto uma violação da Constituição

O senador Itamar Franco (PPS-MG) leu em Plenário, ontem, o discurso que o deputado Ulysses Guimarães fez em 5 de outubro de 1988, durante a promulgação da Constituição. Em um trecho, Ulysses diz: “A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da pátria”.

– Fiz questão de ler porque ontem [quarta-feira], no meu entendimento, violamos a Constituição e o Estado de direito. Isso é preocupante – afirmou, referindo-se à votação do projeto do salário mínimo, que permite que o governo defina, por decreto, esse valor nos próximos anos.

Itamar Franco disse que o governo de Dilma Rousseff adotou seu primeiro “ato institucional” – referência aos atos editados pelo regime militar de 1964. Disse não ter liberdade para pedir à presidenta que lesse o pronunciamento de Ulysses, mas manifestou a esperança de que “talvez um dia ela possa lê-lo”.

O senador lembrou frase do ex-ministro Octávio Mangabeira, na qual ele comparava a democracia brasileira a uma planta frágil, que devia ser regada todos os dias, para que não perecesse.

– Quando a gente começa, aos poucos, violando a Constituição, o Estado democrático começa a desaparecer. Nós assistimos isso no Brasil. Oxalá os senadores que agora estão chegando, como eu, possam meditar, não nas minhas palavras, mas nas palavras do grande Ulysses Guimarães.



Alvaro cita uristas para respaldar a visão da oposição

## Para Alvaro Dias, Senado abriu mão de prerrogativa

Em nome do PSDB, o líder Alvaro Dias (PR) disse ontem que o Senado, como instituição, ficou menor, após a aprovação do PLC 1/11.

– O que assistimos ontem [quarta] foi a subtração de prerrogativa essencial do Poder Legislativo – afirmou o parlamentar, confirmando que o partido, juntamente com o DEM e o PPS, entrará com uma ação no STF contra a lei.

O líder do PSDB citou opiniões de juristas para respaldar o entendimento da oposição segundo o qual o artigo 7º da Constituição é claro ao determinar que o salário mínimo deve ser fixado em lei.

– Usou-se um projeto de lei que exige maioria simples para alterar uma norma constitucional, para permitir ao presidente da República impor [o valor do salário mínimo] por meio de decreto – afirmou, lamentando que o Senado “tenha desperdiçado a oportunidade de recuperação de parte da credibilidade que perdeu nos últimos anos”.

O senador disse que, se hoje o governo pretende impor o salário mínimo por meio de decreto, amanhã pode querer fazê-lo também para matérias relacionadas à política tributária, à saúde ou à educação.

– Abrir mão de debater, de questionar, de propor, não é tarefa de quem se elege senador, e foi o que se fez ontem, lastimavelmente – acrescentou o parlamentar, ressaltando os 20 senadores e senadoras que votaram contrariamente à aprovação do projeto.

Senador acredita que novo pacto federativo deve atribuir à União a determinação de regras gerais, cabendo a estados e municípios as normas específicas

## Luiz Henrique defende Federação descentralizada

O SENADOR LUIZ Henrique (PMDB-SC) defendeu uma descentralização do governo, com a União determinando as regras gerais e cada estado e o Distrito Federal traçando as regras especiais relativas a suas peculiaridades locais.

– É preciso repensar o país. Não podemos continuar tendo um Brasil de Brasília; é preciso pensar no Brasil dos Brasis – disse.

O senador mencionou como exemplo a política que adotou durante sua gestão no governo de Santa Catarina, com a criação de uma estrutura governamental descentralizada, a partir da criação de 36 microrregiões. As decisões levavam em conta ainda a participação da sociedade, que tinha assento nas reuniões dos conselhos de desenvolvimento regional.

Como resultado, assinalou Luiz Henrique, o produto interno bruto do estado dobrou em oito anos, saltando de R\$ 55 bilhões em 2002 para R\$ 119 bilhões.

Além da descentralização, outro fator importante para o sucesso do estado foi a



Ex-governador, Luiz Henrique menciona sua gestão como exemplo

implantação de uma nova filosofia fiscal, com redução de alíquotas, isenção de impostos e benefícios a milhares de produtos, o que acabou elevando a arrecadação de R\$ 4,7 bilhões, em 2002, para R\$ 11,3 bilhões.

– A filosofia do desenvolvimento substituiu a antiga política da ganância fiscal – afirmou.

Mas não foram apenas os índices econômicos que se elevaram com a descentralização, salientou o parlamentar. Os indicadores sociais também avançaram: apenas 2,8%

da população catarinense vivem abaixo da linha da pobreza, e a previsão é de que em 2012 este índice chegue a zero. O analfabetismo, disse, caiu para apenas 3%.

Tais mudanças, de acordo com Luiz Henrique, devem fazer os parlamentares pensar sobre um novo pacto federativo, que mude a distribuição dos recursos e faça com que os prefeitos tenham “atribuições que podem resolver os problemas localmente, sem essa louca viagem de pessoas e papéis dos municípios para Brasília”.

Fotos de Waldemir Boreto/Senado Federal

## Marta comemora decisão da Justiça sobre casal homossexual

Marta Suplicy (PT-SP) comentou ontem em Plenário a decisão da Justiça Federal de conceder ao bancário aposentado José Américo Grippi o direito de receber pensão militar do seu companheiro, que era capitão do Exército.

José Américo Grippi dividirá o benefício com as irmãs do capitão, de quem foi companheiro por 30 anos. Anteriormente à decisão da Justiça Federal, ele já havia obtido na vara de família o reconhecimento da união estável e o direito a 50% dos bens

do companheiro.

– É preciso destacar que o Judiciário não tem se acanhado nas decisões dos direitos da cidadania LGBT. Ontem [quarta-feira], por exemplo, o Superior Tribunal de Justiça começou a julgar uma ação que pode resultar no reconhecimento do direito de partilha de bens a um casal homossexual após a separação. A decisão do STJ vai unificar a interpretação desse tipo de processo e servirá de parâmetro para varas e tribunais nos estados – disse Marta.



Marta afirma que decisão do STJ vai unificar interpretação nesse tipo de caso

## Aníbal Diniz critica jornal por denúncia contra Jorge Viana

“Não podemos admitir que pessoas honestas e comprometidas com a justiça social e com o desenvolvimento do país sejam vítimas desses caçadores de visibilidade e promoção funcional”, alertou ontem o senador Aníbal Diniz (PT-AC), ao rebater reportagem da *Folha de S. Paulo* denunciando que o governo do Acre teria beneficiado empresa ligada ao hoje senador Jorge

Viana (PT-AC).

Segundo o jornal, laudo técnico elaborado pela Polícia Federal apontou indícios de que o governo do Acre, durante a gestão do petista Binho Marques, teria direcionado edital e superfaturado preços para beneficiar a Helibras, da qual o ex-governador Jorge Viana era presidente do conselho de administração, na compra de um helicóptero.

### Configuração

– O equipamento foi adquirido com base em licitação pública transparente, pelo critério do menor preço para a configuração apresentada. A variação de preços diz respeito unicamente à configuração diferenciada, ao treinamento prolongado da tripulação e à variação do dólar na época da compra, uma vez que a encomenda foi fechada em 2007 e a entrega só aconteceu em 2009 – afirmou Aníbal.

O senador testemunhou que o helicóptero adquirido pelo governo tem sido muito útil ao estado e também tem contribuído para o salvamento de vidas, em situações de emergência, em áreas isoladas.



Aníbal deu explicações sobre o caso e garante que licitação foi transparente

## Vanessa apela em favor de concursados

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) fez um apelo à ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e à presidente Dilma Rousseff para que aprovados em concursos públicos da Receita Federal, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Banco Central sejam convocados para ocupar as vagas existentes antes que expirem os prazos.

– Não podemos deixar que a situação dessas autarquias, dessas instituições, se agrave. Faço um apelo para que os concursados sejam chamados antes que o prazo expire. Para passar, essas pessoas estudam, dedicam-se anos e anos, são bem

classificados. Fica o meu apelo para que sejam chamados e, assim, se melhore o serviço público no Brasil – disse a senadora.

O apelo foi feito, segundo Vanessa, em função de inúmeras mensagens eletrônicas de servidores concursados temerosos de perderem a oportunidade de serem chamados a assumir as vagas. Isso devido ao contingenciamento feito pela presidente Dilma Rousseff ao orçamento da

União de 2011, que teve como uma das consequências a interrupção das convocações em diversas autarquias federais.

Segundo a senadora, dos 6.370 cargos existentes no Banco

Central, 1.489 estavam vagos em 2010 e outros 2.593 poderão ficar vagos em 2011. Já na Funai, das sete mil vagas existentes, só foram preenchidas 400. A situação da receita, enfatizou Vanessa, é ainda mais grave porque no dia 22 o prazo para preenchimento das vagas se extingue, e os aprovados nos cargos de auditor fiscal e analista tributário terão perdido o direito às vagas.

Vanessa Grazziotin disse também que Manaus reivindicou ao ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, a sua inclusão no Plano Nacional de Banda Larga. Segundo a senadora, superado o entrave inicial – Manaus não possuía cabo de fibra ótica – espera-se que o ministro também inclua a capital e outras cidades do estado no plano.

Vanessa cobrou inclusão de Manaus e outras cidades do estado no Plano Nacional de Banda Larga

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cicero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário:  
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Paulo Davim • Mozarildo Cavalcanti • Cicero Lucena • Marta Suplicy • Jayme Campos • Randalfe Rodrigues

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem:  
Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle  
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
CEP: 70.165-920

## Lucena condena a destruição de aeroclube em João Pessoa

Cícero Lucena (PSDB-PB) afirmou da tribuna que a destruição do Aeroclube da Paraíba, em decorrência de uma ação de reintegração de posse determinada por liminar, foi “truculenta” e causou comoção na comunidade.

O senador recordou que o aeroclube, situado em João Pessoa, prestava serviços havia 50 anos, entre os quais o de uma unidade de terapia intensiva (UTI) no ar. Segundo informou, a administração do aeroclube contabiliza prejuízos de R\$ 2 milhões, sendo que 40 aeronaves de pequeno porte e cinco unidades pertencentes ao governo federal terão de ser desmontadas para sair do local.

Cícero Lucena explicou que, de acordo com a Lei 7.565/76, aeroclubes são considerados patrimônios autônomos equiparáveis a bens públicos, independentemente de o terreno que ocupam ser ou não propriedade da União. Pela lei, são considerados “de utilidade pública” e se constituem em sociedade civil com patrimônio e administração próprios.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Cícero Lucena diz que ato, decorrente de uma decisão liminar, foi truculento

O senador assinalou que a ação teve o apoio do prefeito da capital, Luciano Agra (PSB). Ele disse que, embora a opinião pública se colocasse favorável à desativação do aeroclube para que a área fosse expandida, dando lugar a empreendimentos de maior valor econômico, “não se imaginava que seria dessa forma”.

Cícero Lucena salientou que pequenos aviões que utilizavam o local para abastecimento ficaram desatendidos. Informou que a administração do aeroclube entrou com ação na Justiça e a liminar foi caçada.

## Ângela Portela critica Oi por mau serviço de internet

A senadora Ângela Portela (PT-RR) protestou ontem contra o que classificou como o abandono de seu estado pela empresa de telefonia Oi. Segundo ela, Roraima ainda sofre com conexão de internet discada, “lenta, cara e instável”, apesar de haver uma rede de fibra ótica ociosa de propriedade da Eletronorte, desde a construção da linha de transmissão de Guri em 2002.

Ângela disse que, quando ainda exercia o mandato de deputada federal, procurou o então ministro das Comunicações Hélio Costa para tentar a implantação da banda larga em Roraima a partir do uso daquela rede.

A senadora afirmou que o resultado foi apenas a aceleração do objetivo da Oi de alcançar o mercado de Manaus, “ignorando solenemente” Roraima.

Ângela Portela acrescentou que, há alguns dias, a Oi divulgou nota à imprensa em que afirma que, para chegar a Manaus, os cabos de fibra ótica cobriam a distância entre Boa Vista e a capital do Amazonas, oferecendo banda larga para os municípios ao longo do percurso.

– É uma afronta ao povo de Roraima bancada com dinheiro público. Em 2009, a Oi fez a mesma festa em Roraima, anunciando a chegada da internet rápida com a rede de fibra ótica da Eletronorte.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Ângela diz que existe rede de fibra ótica disponível para melhorar serviço

# Dificuldade de escoamento preocupa Jayme Campos

Senador diz que governo precisa investir seriamente na ampliação da malha de transportes, sob pena de perder parte da grande produção de grãos deste ano

O SENADOR JAYME Campos (DEM-MT) fez ontem novo alerta ao governo sobre a dificuldade de o país manter a competitividade na exportação de grãos, se não resolver o entrave na infraestrutura e logística de escoamento da produção.

Ele se referiu à condição dos produtores rurais mato-grossenses para escoar a soja, cuja safra em 2011 deverá alcançar 30 milhões de toneladas, um incremento de 4,2% sobre o ano passado. A expectativa, insistiu, é de que o governo invista nos modais ferroviário e aquaviário, com a construção da Ferrovia Centro-Leste, que irá de Uruaçu (GO) a Vilhena (RO), passando pelo Mato Grosso, e a expansão da Ferronorte.

– É preciso fazer investimentos públicos consistentes na malha viária. Senão, não adianta o Brasil sustentar números de primeiro mundo na produção de grãos – advertiu o senador.

Jayme Campos também considera fundamental que o governo invista na interligação



Waldemir Barreto/Senado Federal

Jayme Campos cobra plano estratégico para o setor de transportes

entre portos e estradas. Ele citou programa de TV que mostrou o “péssimo” estado de conservação das rodovias e o transtorno vivido pelos caminhoneiros. O senador cobrou a construção da BR-163.

Outro modal que merece a atenção do governo, em sua opinião, é o modal aquaviário. A construção da hidrelétrica Teles Pires em Mato Grosso deveria ter sido acompanhada, na sua avaliação, da construção simultânea de uma eclusa.

Segundo o senador, um modelo alternativo de transporte

deve ser pensado pelo governo, dentro de uma estratégia governamental de longo prazo.

– Acho que o Brasil terá um plano estratégico nos próximos 20 anos, para fazer um transporte intermodal, incorporando transporte ferroviário, hidroviário, rodoviário. Não tenho dúvida de que a nossa produção poderá aumentar, mas, sobretudo, diminuirão os custos para que não só o produtor ganhe, mas, acima de tudo, a população possa comprar um produto mais barato e de boa qualidade.



Lenine Mourins/Secom/MT

Expansão da Ferronorte e construção da Ferrovia Centro-Leste foram defendidas pelo senador Jayme Campos

## Walter Pinheiro celebra projeto da Ferrovia Oeste-Leste

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) parabenizou o governo federal pelo projeto da Ferrovia Oeste-Leste, que ligará Figueirópolis (TO) a Ilhéus (BA). A ferrovia de mais de 1.100 quilômetros criará diversos centros de logística na região, de acordo com o senador, e cortará parte do semiárido baiano, que representa 69% do território do estado.

– A ferrovia servirá como instrumento capaz de levar a essa região a possibilidade efetiva de desenvolvimento local – afirmou.

O senador destacou o papel da ferrovia para o desenvolvimento do polo de informática

baiano, que tem encontrado dificuldades para a sua consolidação.

Ele também elogiou o governador Jaques Wagner, que conseguiu a alfabetização de milhares de baianos, pelo Programa Todos pela Alfabetização (Topa), e o fornecimento de energia elétrica a outras 400 mil pessoas, com a ampliação do programa Luz para Todos.

O senador chamou a atenção para a “janela de oportunidades” que será a Copa do Mundo. Walter Pinheiro defendeu a conclusão do metrô de Salvador e sua integração, por meio de outra linha férrea, até a cidade de Lauro de Freitas.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador também elogia programa de alfabetização do governo baiano

– Temos que pensar nos três milhões de soteropolitanos, nos 14 milhões de baianos. Preparar, e preparar muito bem, o estádio, o sistema de transporte, o setor de hotelaria, os serviços, a segurança, para que realizemos uma grande copa em Salvador – afirmou.



Senadora participou de reunião com o TCU e o ministro dos Portos

## Ana Rita anuncia acordo sobre Porto de Vitória

A bancada federal do Espírito Santo e o ministro dos Portos, Leônidas Cristino, participaram de reunião, na terça-feira, com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Raimundo Carreiro, para tentar viabilizar a liberação das obras do Porto de Vitória. A senadora Ana Rita (PT-ES) anunciou em Plenário que foi firmado o compromisso de acelerar a análise técnica para que possíveis entraves no processo licitatório sejam corrigidos.

– Sugeri ao ministro Carreiro que os técnicos que analisam o processo visitem o porto para conhecer de perto a atual situação. É importante conhecer *in loco* as demandas e deficiências do Porto de Vitória. Deve ser levada em consideração a realidade geológica do nosso porto, que é diferente da dos demais estados. Isso é determinante para uma avaliação dos custos da obra – afirmou Ana Rita.

A senadora disse que tanto o ministro do TCU quanto o de Portos garantiram aos senadores que não medirão esforços para dar continuidade à obra. Ana Rita destacou o fato de o ministro Leônidas Cristino ter se comprometido a repassar todos os dados e disponibilizar sua equipe técnica para embasar o TCU das informações necessárias para solucionar os problemas.

Wellington Dias solicita criação de frente parlamentar no Senado para estudar e apresentar propostas de prevenção e tratamento do uso de álcool e drogas

# Frente deve propor políticas sobre álcool e drogas

USUÁRIOS DE CRACK estão utilizando bueiros, na cidade de Ceilândia, no Distrito Federal, para consumir a droga. Alguns que já perderam tudo o que tinham passaram a morar na rede de esgoto. Ao informar que o assunto foi tema de reportagem de jornal local da Rede Globo, o senador Wellington Dias (PT-PI) anunciou que solicitou a criação, no Senado, da Frente Parlamentar de Políticas sobre Álcool e Drogas.

– Muitas vezes se olha a questão da droga apenas pelo lado policial, do combate aos traficantes através de ações das polícias Federal, Militar e Civil. Se dá menos destaque ao tratamento do dependente químico, a como estabelecer políticas públicas para dar maior atenção a essas pessoas. A matéria da Globo e a proposta da frente vão nesse sentido – explicou.

Para ilustrar a situação de abandono e desesperança que atinge essas pessoas, Wellington Dias citou o depoimento de um viciado: “o que mais sonho na minha vida é poder andar de cabeça erguida, e não como



Wellington Dias anuncia que também proporrá subcomissão sobre o assunto na CAS

um bicho, como um resto”. O senador aplaudiu a iniciativa do pastor evangélico Luciano Gonzaga e do psiquiatra Raphael Boechat, que trabalham com dependentes de drogas.

A frente parlamentar requerida pelo senador tem como objetivo debater com a sociedade civil o tema da dependência do álcool e drogas. Ela deverá apresentar propostas para os executivos federal, estaduais e municipais. Também é missão da frente sugerir proposições legislativas que visem à prevenção ao consumo de álcool e drogas e

ao tratamento dos dependentes químicos.

Wellington Dias antecipou que apresentará outro requerimento propondo a criação de uma subcomissão, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para apresentar alternativas para solucionar o problema da proliferação das drogas. Por outro lado, ele elogiou o anúncio feito pela presidente Dilma Rousseff de estabelecer parceria com 49 universidades públicas federais e estaduais para capacitar 14.700 profissionais no atendimento aos viciados.



Morador de rua em Brasília: para Wellington Dias, combate ao tráfico deve incluir programas de tratamento a usuários

## Davim: importância do saneamento ambiental

A importância do saneamento ambiental para a manutenção da saúde da população foi destacada por Paulo Davim (PV-RN). O senador explicou que, por envolver o fornecimento de água potável, a coleta sanitária de resíduos sólidos ou líquidos, o bom uso do solo, a drenagem urbana e o controle de doenças, o saneamento ambiental tem “a finalidade de promover a melhoria das condições de vida, seja na zona urbana ou rural”.

– A salubridade ambiental é um direito elementar e fundamental – afirmou.

Davim citou dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008, realizada pelo IBGE, que mostram que 55,2% dos municípios do país têm rede coletora de esgotamento sanitário – valor apenas três pontos percentuais maior que em 2000, “revelando uma clara e inconcebível lentidão na consecução” da política nacional de saneamento. A pesquisa de 2008



Salubridade ambiental é essencial à saúde e um direito fundamental, diz Davim

também mostra o percentual de municípios atendidos por serviço de rede coletora de esgoto nas regiões Nordeste (45,7%), Sul (39,7%), Centro-Oeste (28,3%) e Norte (13,4%), e o contraste com a Sudeste (95,1%).

– Infelizmente, a minha região Nordeste foi a que apresentou menor aumento nesse período. Saiu de 42,9% em 2000, para 45,7%, em 2000 – disse.

O senador acrescentou que

apenas 59 dos 167 municípios do Rio Grande do Norte contam com serviço de esgotamento sanitário. Em Natal, apenas 267 mil dos 803 mil habitantes têm recolhimento de esgoto. Davim disse que confia na competência da prefeita de Natal, Micarla de Sousa, da governadora de seu estado, Rosalba Ciarlini, e na presidente Dilma Rousseff, para ajudarem na expansão do saneamento ambiental.

## Marinor Brito denuncia caos nos serviços de hemodiálise no Pará

A líder do PSOL, senadora Marinor Brito (PA), disse que a população do Pará que necessita de atendimento médico em nefrologia ou hemodiálise está vivendo uma situação caótica e lastimável.

Ela informou que o Pará tem apenas 16 unidades de atendimento em hemodiálise, com um total de 216 máquinas, quando a demanda do estado é de pelo menos o dobro. Além disso, segundo a senadora, cinco desses serviços estão paralisados por falta de repasse de recursos pelo governo federal.

A falta de unidades e equipamentos é agravada, conforme Marinor Brito, pela precariedade do transporte na região, o que dificulta o acesso da



Marinor Brito

população a centros de saúde. Atualmente, acrescentou, 280 pessoas estão na lista de espera para receber tratamento de hemodiálise.

– O governo federal não dá nenhum sinal de recuperação ou ampliação desses serviços, de pagamento

desse valor, para que, pelo menos, os serviços existentes possam funcionar em condições de atender dignamente os pacientes que já estão nessa fila.

Marinor Brito anunciou que participará, nesta segunda-feira, de audiência pública para que o Ministério Público Federal adote providências sobre os R\$ 18,6 milhões ainda não liberados pelo governo federal para ampliação dos serviços de hemodiálise no Pará.

## Sérgio Petecão apoia mudança do fuso horário em vigor no Acre

A mudança no fuso horário do Acre foi defendida por Sérgio Petecão (PMN-AC). O senador explicou que, atualmente, o fuso horário em vigor no estado é atrasado em uma hora com relação a Brasília. Porém, num referendo realizado nas últimas eleições, já proclamado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a população do estado decidiu pela volta do antigo fuso horário, duas horas atrasado em relação ao Distrito Federal.

– Então fica aqui o meu apelo, inclusive aos senadores que fazem parte da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania [CCJ], para que possam nos ajudar nessa empreitada, porque o povo acreano vive hoje momentos de expectativa. O



Sérgio Petecão

povo do Acre quer o mais rápido possível o nosso horário, que nós chamamos lá de “horário de Deus” – disse.

### Declaração

Petecão pediu o apoio especialmente do presidente do Senado, José Sarney,

para a edição de um ato declaratório que explicito o momento a partir do qual o referendo passa a valer. O senador informou que ontem vários parlamentares do estado do Acre reuniram-se com Sarney para tratar do assunto.

Desde 24 de junho de 2008, devido à Lei 11.662, o fuso do Acre passou de duas horas a menos com relação a Brasília para uma hora a menos. A lei também alterou fusos no Amazonas e no Pará.

## Mozarildo Cavalcanti saúda os 90 anos da Folha de S. Paulo

Ao afirmar a importância da liberdade de expressão e de imprensa para as democracias modernas, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) saudou os 90 anos do jornal *Folha de S. Paulo*, comemorados em 19 de fevereiro.

– É um jornal que atravessou momentos de muita turbulência em toda nossa história política, como a ditadura, no regime de exceção, cobrindo com coragem e com imparcialidade e denunciando fatos que comprometiam a dignidade da pessoa humana, a liberdade de ir e vir, mas, sobretudo, a liberdade de informação – disse.

Mozarildo afirmou que a *Folha* é líder de circulação entre os grandes jornais brasileiros



Mozarildo Cavalcanti

e, recentemente, colocou à disposição pela internet todo seu acervo histórico.

A cerimônia de comemoração ocorreu na segunda-feira, em São Paulo, e contou com a participação da presidente Dilma Rousseff e de outras autoridades. Na ocasião, segundo o senador, Dilma afirmou que o governo “deve saber conviver com as críticas dos jornais para ter um compromisso real com a democracia”.

– [Com essa afirmação] partindo da presidente, ficamos tranquilos no sentido de que certos rumores de regulação dos meios de comunicação não prosperem neste país – disse.

Em aparte, a senadora Ana Amélia (PP-RS) associou-se à homenagem.